

RILDO EDSON LAZAROTTO

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL: UMA ANÁLISE PÓS-PLANO REAL

CURITIBA

2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL: UMA ANÁLISE PÓS-PLANO REAL

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Especialista em
Desenvolvimento Econômico da Pós-Graduação
em Economia da UFPR

Orientador: Prof. Dr. Demian Castro

Curitiba
2007

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	5
2.1 DEFININDO OS SENTIDOS DO DESENVOLVIMENTO	5
2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL	9
2.3 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	15
2.3.1 Distribuição de renda no Brasil.....	17
3 PLANO REAL: ORIGEM E TRAJETÓRIA.....	23
3.1 QUADRO ECONÔMICO BRASILEIRO: BERÇO DO PLANO REAL	23
3.2 O PLANO REAL	29
3.2.1 O Programa	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

No cenário internacional, o Brasil caracteriza-se como um dos piores países em distribuição de renda no mundo. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2005), analisando 124 países que possuem informações disponíveis sobre o grau de desigualdade, o Brasil fica atrás de 95% deles (PNUD, 2005).

Realizando uma breve contextualização do perfil distributivo brasileiro, é possível identificar que parte importante da assimetria de renda em nossa economia é explicada pela entrada atrasada de nosso país na assim chamada Revolução Industrial. Nessa acepção afirma Michel (2007, p. 2).

A possibilidade da economia brasileira superar, a partir de então, o problema da desigualdade passaria em primeiro lugar, desde sempre, por manter taxas de crescimento econômico expressivas. Em complemento a esta questão central, seria relevante uma preocupação com o processo de qualificação da força de trabalho e implementar políticas públicas que abrandassem a distribuição perversa e a pobreza. O grande problema é que após um período satisfatório de crescimento econômico – segunda metade da década de 60 e a década de 70 – a economia brasileira passou a conviver com restrições macroeconômicas que limitaram o crescimento. Além disto, parte desta crise econômica pode ser explicada pela crise do setor público, limitando a capacidade do Estado de atuar na direção de diminuir as desigualdades.

Nos anos 90, a questão da distribuição de renda assume maior visibilidade na agenda brasileira. Com a recessão deflagrada quando da implementação do Plano Collor, o debate acerca do tema no Brasil assumiu contornos de grande prioridade.

Mais recentemente, com o advento do Plano Real, inaugurou-se uma fase de reconstrução de nosso padrão monetário, ao lado de um processo de redimensionamento do Estado na economia e o debate sobre a questão distributiva é recolocada em novas bases, levando acadêmicos e a sociedade em geral a uma discussão sobre o caráter estrutural/conjuntural da concentração de renda no Brasil e as alternativas para a melhora deste contexto (MICHEL, 2007, p. 2).

Mesmo ocupando posição desconfortável no ranking de distribuição de renda mundial, percebem-se alterações positivas no quadro de distribuição de renda no Brasil. Fazendo uma análise do período 1994-2004, tendo o Plano Real, como referência, essas alterações ficam mais evidentes. Utilizando dados das Pesquisas por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE) posteriores ao Plano Real, constata-se que para qualquer medida de desigualdade os resultados apontam para uma redução na desigualdade de renda de 5,30% desde a implantação do Plano Real, com ênfase nos 03 últimos anos, restando identificar as causas deste fenômeno.

A redução na desigualdade poder ser percebida também pelo Índice de Gini¹, que coloca o Brasil como detentor de uma das piores distribuições de renda do mundo.

Analisando-se o período de 1993 a 2004, constata-se que o índice sofre uma leve queda. Destaca-se que em 1993 o Brasil apresentava um coeficiente de 0,604, caindo para 0,602 em 1996, 0,600 em 1998, 0,596 em 2001, 0,581 em 2003 e 0,572 em 2004 (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2006).

Os elementos da desigualdade social e distribuição da renda no Brasil são conhecidos, mas poucos estudos refletem a evolução desta distribuição em consequência das mudanças econômicas nos anos 90 (HOFFMANN, 1999).

Para Oliveira (1996) o quadro de estabilidade proporcionado pelo Plano Real criou melhores condições para a redução da desigualdade de renda. Usando o quadro de estabilidade econômica como ponto de partida, este trabalho pretende investigar a distribuição de renda no Brasil.

O objetivo central deste estudo é investigar o fenômeno da desigualdade de renda no Brasil, mediante análise de dados sócio-econômicos, enfocando, especialmente a influência da massa salarial e da rede de proteção social na distribuição de renda no Brasil no período de 1994 a 2004, tomando o Plano Real. Para consecução deste objetivo geral serão perseguidos os seguintes objetivos específicos:

¹ Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda mas pode ser usada para qualquer distribuição. Consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais não têm nada).

- Apresentar uma base teórica sobre o desenvolvimento econômico no Brasil;

- Traçar uma retrospectiva da evolução da economia brasileira na década de 90, caracterizando o quadro econômico do final do século XX;

- Contextualizar o Plano Real, seus pontos relevantes relacionados com a distribuição de renda;

- Identificar e quantificar os determinantes da distribuição de renda no Brasil, através de análise de dados secundários em nível de Brasil.

Assim, este estudo divide-se em quatro etapas: na primeira serão apresentados a justificativa do tema e os objetivos do trabalho. Na segunda será apresentada uma revisão bibliográfica constituída por elementos teóricos de diversos autores sobre o tema em estudo. A revisão bibliográfica será feita através de livros, periódicos, artigos e documentos necessários que dão subsídio e sustentação à pesquisa. A terceira refere-se à pesquisa de dados sócio-econômicos. Nessa etapa analisam-se os das PNADs disponíveis no período de 1994 a 2004. Por fim, a quarta parte visa apresentar as análises dos resultados obtidos, as conclusões, limitações e as sugestões e/ou recomendações a estudos futuros.

A parte até aqui apresentada contemplará apenas as duas primeiras partes que serão complementadas pelas demais posteriormente, compondo aquilo que se pretende seja um dissertação de mestrado a ser defendida em meados de 2008. Portanto, necessário se faz ponderar sobre o aspecto parcial de que se reveste o trabalho ora apresentado, ainda que no seu todo também não pretenda esgotar o assunto.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2.1 DEFININDO OS SENTIDOS DO DESENVOLVIMENTO

Para Adam Smith (1986) ocorre o desenvolvimento com o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos, redução do desemprego e elevação da renda média do conjunto da população. No longo prazo ocorre uma redistribuição de renda entre capitalistas e trabalhadores. Contudo tende esta ser a favor dos capitalistas.

Em 1911 com a obra teoria do desenvolvimento econômico, Joseph Schumpeter (1883-1950) diferenciava crescimento e desenvolvimento. Afirmava ainda, quando só há crescimento, a economia funciona em um sistema de fluxo circular de equilíbrio, cujas variáveis econômicas aumentam apenas em função da expansão demográfica (SOUZA, 1999).

Importante assinalar que o assunto desenvolvimento econômico ficou mais evidente, a partir das flutuações econômicas do século XIX com a concentração de renda e da riqueza, que tornou mais evidente a disparidade entre nações ricas e pobres.

O desenvolvimento econômico revela-se com um fenômeno amplamente desejado pelos povos, uma vez que o ser humano almeja o aprimoramento da sua qualidade de vida, o que só é possível no momento em que as necessidades e desejos passam a ser atendidos adequadamente. Todavia, o desenvolvimento constitui um grande desafio a ser vencido, exigindo assim um esforço muito grande das nações que o perseguem. Conforme Bresser-Pereira (2006):

A idéia do desenvolvimento se constitui em dois momentos históricos e está intimamente relacionada com o processo de racionalização que caracterizará o mundo moderno. Em um primeiro momento, a racionalidade se revela pelo objetivo econômico definido com clareza (o lucro), e pela adoção da acumulação de capital como meio de atingi-lo. Esse é o momento da Revolução Comercial. Em um segundo momento, com a Revolução Industrial, a racionalidade se expressa em um meio mais especificamente racional de alcançar o lucro: a aceleração do progresso torna sistemática a incorporação de novas tecnologias, e o conseqüente aumento da produtividade passa a ser uma condição de sobrevivência das

empresas. Em outras palavras, o que hoje chamamos de desenvolvimento econômico configurava-se pela primeira vez historicamente. E definia-se a estratégia de alcançá-lo. Entretanto, nessa análise faltava uma terceira transformação fundamental, que ocorreu entre as duas citadas: a Revolução Nacional, ou, mais precisamente, a formação dos estados nacionais. É a partir do momento em que as nações se dotam de estados e formam estados-nação que a industrialização se viabiliza. São os estados-nação e seus governos que serão os condutores do processo de desenvolvimento, através da definição de instituições necessárias ao desenvolvimento capitalista, como a garantia da propriedade e dos contratos, a proteção da indústria nacional, e os mais variados sistemas de estímulo ao investimento produtivo, e também através da institucionalização da educação pública universal que permitirá o aumento da produtividade em toda a economia.

Acrescenta ainda o autor, que o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico, relacionado com o surgimento das nações e a formação dos estados nacionais e com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital, que ocorrem sob a coordenação das instituições e principalmente de mercados relativamente competitivos. Assim, o desenvolvimento é um fenômeno relacionado com o surgimento das duas instituições fundamentais do novo sistema capitalista: o estado e os mercados.

É extremamente importante ter bem nítida a diferença conceitual entre crescimento e desenvolvimento, pois existem evidências de que é possível obter crescimento sem desenvolver-se. Conceitua-se crescimento econômico como sendo o aumento contínuo do produto interno bruto em termos globais e per capita ao longo do tempo. O aspecto fundamental é que o desenvolvimento econômico não pode ser analisado somente por meio de indicadores que medem o crescimento do produto ou do produto per capita. Desenvolvimento deve ser complementado por índices que representem a qualidade de vida dos indivíduos. Deste modo, se terá um conjunto de medidas que reflitam alterações econômicas, sociais, políticas, institucionais, tais como: renda per capita, expectativa de vida, mortalidade infantil, educação, analfabetismo, distribuição de renda entre diferentes classes, setores e regiões (PAULANI; BRAGA, 2001).

Paulani e Braga (2001, p. 229) apresentam os seguintes conceitos:

[...] o crescimento econômico diz respeito a elevação do produto agregado do país e pode ser avaliado a partir das contas nacionais. Desenvolvimento é um conceito bem mais amplo que leva em conta a elevação da qualidade de vida da sociedade e a redução das diferenças econômicas e sociais entre seus membros. Em síntese pode-se resumir da seguinte forma: que para se avaliar até que ponto a renda produzida pelo país reverte em benefícios para a população, não levando apenas em consideração aspectos econômicos *strictu sensu*, como: nível de renda, renda per capita,

distribuição de renda, etc., mas também levaram em conta aspectos de bens públicos, sendo: saúde, educação, etc.

Nessa ótica, Tachizawa (2002), conceitua crescimento econômico como um crescimento contínuo do produto nacional em termos globais ao longo do tempo, enquanto que desenvolvimento econômico representa não apenas o crescimento da produção nacional, mas também a forma como está distribuída social e setorialmente.

A idéia de crescimento econômico é recente. Antes do surgimento do capitalismo, as sociedades encontravam-se em estágios comparativamente estagnados. Elas eram basicamente agrícolas e variavam pouco ao longo dos anos, com exceção da ocorrência de boas ou más colheitas, de guerras e epidemias. O capitalismo, trazendo contínuas mudanças tecnológicas e acumulação de capital, alterou de forma radical as estruturas destas sociedades (PINHO; VASCONCELOS, 1998).

O capitalismo é um sistema econômico baseado na supremacia do capital sobre o trabalho. Sua implantação deu origem a uma era de profundas contradições e injustiças, marcada pela brutal exploração dos operários e da mão-de-obra infantil, sem oferecer quaisquer direitos. Esse período de mais gritante espoliação prolongou-se por cerca de um século e meio. Um aspecto fundamental é sem dúvida, a elevada concentração da posse da terra, quando a economia desses países baseava-se no modelo agro- exportador.

Caporali (1995) assinala que o conceito de desenvolvimento econômico começou a ser utilizado a partir do final da 2ª Guerra Mundial, num contexto de formação de instituições mundiais de harmonização de interesses e de práticas econômicas, bem como de uma teoria econômica que depositava na ação regulatória do Estado a possibilidade de manutenção de taxas de crescimento mais elevadas. O conceito deu fundamento a uma ideologia altamente otimista que previa o crescimento econômico indefinido, visto como um processo de utilização cada vez mais intensivo de capital, de redução do uso de mão de obra, e de utilização extensiva dos recursos naturais. Neste sentido, uma das características centrais nele implícitas era a total inconsciência com as repercussões ambientais e de degradação ecológica derivada das atividades econômicas. A atividade econômica era vista como um sistema fechado, sem limites em nível do input (energia e

matérias primas) ou do output (poluição). Essa ideologia econômica fundamentou toda a ação dos organismos multilaterais de fomento, como o Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano (BID).

Souza (1999) enfatiza que a questão do desenvolvimento econômico também ficou mais evidente, no final dos anos de 1930, com a aplicação da Contabilidade Nacional, nascida sob os auspícios da teoria keynesiana. Com ela, passou-se a comparar a renda *per capita* dos diferentes países e classificá-los em ricos e pobres, dependendo do valor dessa renda média.

Luzon (2004), afirma:

Generalmente el desarrollo se relaciona con riqueza; es decir, los países desarrollados son más ricos que los menos desarrollados. Sin embargo hay dos objeciones importantes a esta simplificación. En primer lugar que la riqueza puede obtenerse de forma no creativa, por ejemplo, por herencia en el caso de los hombres o por poseer recursos minerales, en el caso de las naciones; se trataría en ambos casos de riqueza no generada creativamente y por consiguiente entraría fuera del concepto de desarrollo a no ser que se utilizara instrumentalmente, para generar más riqueza e bienestar. En segundo lugar los bienes materiales no son suficientes para garantizar el bienestar de los seres humanos, pero como suele afirmarse: la riqueza no siempre hace felicidad, pero la pobreza la impide absolutamente.

Durante muito tempo o fator econômico era considerado o único determinante do desenvolvimento. Hoje sabemos que o desenvolvimento tem muitas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica que mantêm uma em relação às outras, um relativo grau de autonomia. Todas essas dimensões compõem no processo de desenvolvimento, em conjunto determinando-o ou, em particular, cada qual, condicionando-o.

Franco (2004) amplia ainda mais o conceito, enfatizando que o desenvolvimento significa melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social) dos dias atuais e das pessoas que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável).

Essencialmente o desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. Nestes termos, o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural. É o aumento sustentado dos padrões de vida possibilitado pelo aumento da produtividade de determinadas atividades e/ou pela transferência da mão-de-obra dessas para outras

atividades com maior valor adicionado *per capita* porque envolvendo maior conhecimento (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Mais recentemente, um dos autores que tem desenvolvido essa linha é Amartya Sen (2000), afirma que o desenvolvimento é um processo de expansão de liberdade desfrutada pelos membros de uma sociedade. Ou seja, ele ressalta a importância de as pessoas terem a possibilidade de terem acesso aos meios e aos recursos que lhes propiciem condições reais de exercerem seus direitos e sua liberdade. Vale lembrar que,

Para que haja desenvolvimento econômico a experiência histórica ensina que é essencial que as instituições garantam, em primeiro lugar, a ordem pública ou a estabilidade política, em segundo lugar, o bom funcionamento do mercado, e, em terceiro lugar, boas oportunidades de lucro que estimulem os empresários a investir e inovar. É necessário, portanto, que o estado, na sua qualidade de instituição maior, seja forte: tenha legitimidade e capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei. Para que o estado seja forte não é necessário que seja 'grande', mas não poderá ser "pequeno" porque se o for não terá os meios necessários para garantir essa legitimidade (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Por isso, o processo de desenvolvimento tem que ser compatível com um crescimento econômico que possibilite a manutenção ou elevação, ao longo do tempo, do conjunto de bens econômicos e ecológicos, sem os quais não haverá um crescimento adequado.

2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

Como visto na seção anterior, o desenvolvimento econômico é fenômeno histórico, um processo próprio do capitalismo e da formação dos estados nacionais. Neste sentido Furtado (1984, p. 105) acentua que:

A idéia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem sendo natural que ela contenha, ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador. A preocupação com a metamorfose social deriva dessa outra idéia simples de que é mediante as invenções e

implementação de novas estruturas sociais que se cumpre o processo de desenvolvimento.

Muitos são os países subdesenvolvidos que pretendem atingir o grau de desenvolvimento dos países de primeiro mundo. Neste contexto a busca pelo poder, por estabilidade econômica é o anseio maior, impulsionado pelo querer ter os mesmos benefícios: saúde, educação, habitação e desenvolvimento tecnológico, como possuem tais países.

A busca pelo desenvolvimento é uma ação que deve ser realizada em conjunto, onde o trabalho é tarefa fundamental e onde os progressos serão evidenciados ao longo do processo. Assim muitas vezes, quando se imagina estar trilhando os caminhos certos a ação de empresas de caráter internacional acabam por definir medidas que ocasionarão uma oscilação na estrutura de tais países, sendo necessário efetuar reformas ponderadas, disciplinadas e práticas, retardando o progresso mas mantendo-o como ponto principal.

Portanto, no processo de desenvolvimento econômico existe um objetivo geral claro por parte das nações, de suas elites e de seus governos: a melhoria do padrão de vida da população.

O desenvolvimento econômico, portanto, é um processo histórico voltado para um objetivo claro. Um objetivo que não é meramente retórico, ainda que, em cada país, os ricos e a classe média estejam mais preocupados com o seu padrão de vida do que com o de toda a população. Por isso mesmo, o objetivo do bem-estar não significa uma distribuição de renda mais igual. Dificilmente ela o será. Existe uma ampla corrente de pessoas de boa vontade que inclui no conceito de desenvolvimento econômico a melhoria na distribuição de renda. Não concordo com essa tese, por mais atrativa que seja do ponto de vista moral, porque esta não é uma definição histórica, mas uma definição normativa. Talvez fosse mais razoável denominar essa concepção normativa de 'desenvolvimento humano'. Esta é uma expressão que se tornou universalmente conhecida a partir dos Relatórios de Desenvolvimento Humano que as Nações Unidas publicam anualmente. Mas mesmo na medida de desenvolvimento humano a distribuição de renda não está plenamente considerada. A médio prazo, o desenvolvimento econômico implica sempre melhoria dos padrões médios de vida da população, mas daí não se pode deduzir que o desenvolvimento produza em termos práticos a constituição de uma sociedade mais igualitária. Pelo contrário, historicamente, temos longos períodos em que o desenvolvimento econômico é claramente concentrador de renda, e, no curto prazo, pode mesmo implicar em deterioração desses padrões. Mas, já que estamos usando um conceito histórico ao invés de normativo, estes não serão motivo para se deixar de reconhecer o fenômeno como sendo desenvolvimento econômico. Em um prazo maior ou menor esse desenvolvimento acabará implicando na melhoria dos padrões de vida médios. Os muito pobres e destituídos poderão, por longo tempo, em nada se beneficiar do desenvolvimento; mesmo os trabalhadores semiquilificados poderão também ser excluídos dos frutos do desenvolvimento enquanto houver oferta abundante de mão-de-obra

rebaixando os salários. O desenvolvimento econômico poderá, portanto, ser extraordinariamente injusto (BRESSER-PEREIRA, 2006).

O desenvolvimento é considerado por Furtado a única probabilidade de garantir a humanização da vida da maioria dos brasileiros. Está em jogo, para ele, mais do que o problema do país atingir os patamares de riqueza baseados em índices formais. Sua preocupação é com a transformação global da sociedade, com a incorporação de padrões institucionais, culturais e econômicos que nos aproximem da concepção de modernidade. (MENDES, 2004, p. 9).

Lembrando que seguidamente a idéia de desenvolvimento é reduzida à de modernização e, em consequência disso, os países do Terceiro Mundo são julgados à luz dos padrões dos países desenvolvidos, todos de modernização precoce. Este etnocentrismo conduziu à aplicação no mundo inteiro de um modelo único de modernização e, portanto, a ver “em atraso” os países “subdesenvolvidos”. A fronteira entre modernização e desenvolvimento nem sempre foi explícita e clara. A primeira sugere a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; enquanto a segunda se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. Portanto, a modernização é um processo e desenvolvimento uma política. Esse modelo único levou muitos países a escolher, de um lado, a racionalização e, portanto, a separação funcional do domínio econômico, racionalizado, e a vida privada, colocando entre os dois um espaço político aberto e um mercado forte; e, de outro, um aprofundamento no anti-desenvolvimento para escapar do subdesenvolvimento, ou seja, em uma recusa ao “modelo” desenvolvimentista imposto, muitas vezes caindo no isolamento, na defesa pura e simples de identidades culturais, na contracultura. Mas a idéia de desenvolvimento induz ao conhecimento de vias sinuosas e múltiplas da modernidade. (BECKER, 1997, p.19).

Todavia não se pode esquecer que muitas são as limitações que retardam o processo de desenvolvimento, sendo fundamental que tanto o povo como seus líderes sejam conscientes da importância que a educação tem em nível de estruturação política e econômica de um país. Apesar de muitos governantes ignorarem esta verdade, o povo jamais deverá renegar a importância que a sua contribuição possui, assim como ter a plena consciência das dificuldades existentes.

Indiscutivelmente, todo país que pretende desenvolver-se efetivamente deve ter como ponto de apoio um planejamento eficiente, baseado na realidade em que vive nos problemas que surgem em relação ao crescimento demográfico, ao sistema produtivo, aos recursos disponíveis e aos programas de política existentes.

O planejamento significa ação conjunta e teorização, o que implica na reflexão do que se faz a definição do que deve ser realizado em grupo com o intuito de que haverá dissipação positiva em relação a toda a estrutura econômica e social. Neste caso, os recursos disponíveis no momento devem ser direcionados as prioridades que estarão sendo discutidas assim como deverá haver cautelosa prescrição em relação aos riscos que cada decisão poderá ocasionar.

Lembra Furtado (1974, p. 77) que

Uma observação mesmo superficial da historia moderna põe em evidencia que formações sociais assinaladas por grande heterogeneidade tecnológica, marcadas desigualdades na produtividade do trabalho entre áreas rurais e urbanas, uma proporção relativamente estável da população vivendo ao nível de subsistência, crescente sub-emprego urbano isto, é, as chamadas economias subdesenvolvidas estão intimamente ligadas a forma de como o capitalismo industrial cresceu e se difundiu desde os seus começos.

O processo de desenvolvimento tecnológico, de certa forma é responsável por inúmeros problemas relacionados com o desemprego, o qual ocasiona outro problema, interligado ao anterior, pois a demanda populacional encontra-se significativamente maior nos centros urbanos enquanto que o mercado de trabalho passa a ser cada vez mais restrito, fazendo com que a renda econômica permaneça neste ambiente.

As mudanças tecnológicas podem ser caracterizadas, como o impacto sobre as proporções utilizadas dos diferentes fatores de produção.

Na lição de Hicks se teria três tipos básicos de progresso tecnológico: poupança de mão-de-obra quando a produtividade do capital aumenta em relação à da mão-de-obra, levando o produtor a usar mais capital em relação ao trabalho na nova tecnologia; poupador de capital, quando simetricamente, a produtividade da mão-de-obra aumenta relativamente à do capital, levando o produtor a utilizar uma quantidade menor de capital em relação ao trabalho na nova tecnologia e neutro

quando as produtividades dos dois fatores permanecem constantes em termos relativos (LONGANI, 1976, 157).

A relevância do progresso tecnológico no processo de desenvolvimento econômico é notória, os benefícios de qualquer inovação deveriam ser em última análise, atribuídos á acumulação original de capital humano que permite o desenvolvimento do know-why (ciência) e de sua transformação no *Know-how*.

Toda esta situação evidencia a necessidade de uma reestruturação nos processos de industrialização e desenvolvimento econômico. Destaca-se ainda que este processo de alienação pelo setor industrial é reflexo direto da revolução industrial, onde produzir em escala superior era um propósito a ser atingido e por outro lado a necessidade de promover novos padrões de consumo, ou seja, a ampliação do mercado consumidor.

Como descreve Furtado (1984, p.10):

A elevação de produtividade e a modificação nas formas de consumo, sem assimilação concomitante de progresso tecnológico, nos processos produtivos, constituía em realidade o ponto de partida da formação das estruturas subdesenvolvidas.

Em uma ótica crítica pode-se dizer que modernizar não representou uma característica ampla de desenvolvimento social, mas demonstrou que a população passou a disseminar este hábito de consumo, enquanto que, apenas uma parcela muito pequena, consegue usufruir tais bens.

Já nos países desenvolvidos existe toda uma estrutura de apoio que caracteriza o complexo de inovações tecnológicas, fundamentais à forma capitalista de governo que, em âmbito mundial preserva as relações de dominação dos países subdesenvolvidos; é como se estes encontrassem em situação de dependência estrutural, com pouco ou quase nenhuma liberdade de decisão econômica.

O Brasil, neste contexto encontra-se inserido em uma política capitalista onde desenvolvimento representa a introdução de uma série de medidas de controle do setor público, econômico e industrial.

A verdade é que realizando um retrospecto histórico a respeito do sistema econômico brasileiro tem procurado definir estratégias para o desenvolvimento nacional, todavia não suficiente. Em contrapartida os mecanismos internos acabaram por provocar a concentração funcional da renda em benefício do capital e,

considerando o baixo nível de salário da população, os mesmos viam-se incapacitados de adquirir bens de consumo, ocasionando um desequilíbrio estrutural.

Não se pode esquecer que as mudanças econômicas e sociais em curso em quase todas as nações estão sendo processadas, tendo em vista a necessidade de assegurar a sobrevivência e a expansão do capitalismo em cada país e em todo o mundo no contexto da estratégia de globalização. Estas mudanças deverão promover, de um lado, a integração da economia mundial, inicialmente, através de blocos e, posteriormente, a globalização propriamente dita e, de outro, rupturas ou fragmentações no plano social em muitos países (ALCOFORADO, 1997).

O Brasil encontra-se em uma crise, talvez jamais vivenciada em toda a sua história de independência. A busca pelo desenvolvimento econômico, ascensão das técnicas modernas de produção repercutidas em políticas falidas faz com que o país permita cada vez mais altos investimentos estrangeiros, além do que, as poucas empresas nacionais acabam sendo vendidas para o capital estrangeiro, visto a impossibilidade de competir.

Ricardo Petrella (apud ALCAFORADO, 1997), afirma que o processo de desenvolvimento coloca como exigências, a necessidade de:

- Mundializar as finanças, o capital, os mercados, as empresas e as estratégias;
- Adaptar os sistemas produtivos à revolução científica e tecnológica em curso nos domínios energético, dos materiais, da biotecnologia e, sobretudo, da informação e da comunicação;
- Fazer com que cada indivíduo, cada grupo social, cada comunidade territorial trabalhe na perspectiva de se tornar melhor, mais forte, ganhadora. O princípio da cooperação entre indivíduos, grupos sociais e comunidades são substituídos pelo da competição;
- Liberalizar os mercados nacionais para construir um mercado mundial único onde a circularão livremente mercadorias, capitais, serviços e pessoas.
- Desregulamentar os mecanismos de direção e de orientação da economia. Neste caso deixaria de ser dos cidadãos, isto é do Estado

democrático, através das instituições representativas eleitas, o poder de fixar normas e princípios de funcionamento e sim do mercado. Competiria ao estado em criar o ambiente geral mais favorável à ação das empresas; e

- Privatizar setores inteiros da economia, tais como de transportes urbanos, saúde educação, bancos, seguradoras, cultura, distribuição de água etc.

É evidente que mudanças desta magnitude tendem a produzir instabilidades muitas vezes incontroláveis nos planos político e institucional de vários países. O caos social que se vive hoje é o prenuncio de que mudanças sociais e econômicas atualmente em curso sofrerão grandes resistências no futuro a não ser que se reformulem novas estratégias, que visem compatibilizar os objetivos da população com os interesses do capital.

2.3 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Inicialmente busca-se apresentar alguns conceitos básicos para compreensão do estudo, como o que se entende por renda e pobreza.

Neste trabalho, considera-se a renda domiciliar *per capita* aquela obtida somando todas as rendas disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD², tanto monetárias como não monetárias, de todos os indivíduos no domicílio e dividindo pelo número de membros no mesmo domicílio. Nenhuma renda foi imputada e não foi usada nenhuma escala de equivalência. Em outras palavras, não foi usado artifício algum para alterar as rendas captadas na PNAD (SOARES, 2006).

² A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) é a mais importante fonte anual de informações sobre a realidade social brasileira. Trata-se da única pesquisa com abrangência nacional e periodicidade anual contendo informações sobre o bem-estar da população brasileira. A pesquisa coleta informações de cerca de quatrocentos mil indivíduos em cem mil domicílios, cobrindo as áreas de população, fecundidade, migração, educação, trabalho e rendimento. Pode-se pensar na Pnad como o equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) para a realidade socioeconômica do país (SOARES, 2006).

A noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família. Essa privação pode ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva. A identificação dos pobres, segundo a definição adotada, e a medida agregada da extensão da pobreza numa sociedade tem constituído um campo de pesquisa tão amplo quanto antigo (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

Para Hagenars e De Vos (1988), as definições de pobreza podem ser enquadradas numa das seguintes categorias:

- a) pobreza (absoluta) é ter menos do que um mínimo objetivamente definido;
- b) pobreza é ter menos do que outros na sociedade (pobreza relativa);
- c) pobreza (subjetiva) é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante.

Essas categorias são especificadas em uma linha de pobreza em termos de distribuição de renda. A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, pode-se afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico.

Desse modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer, inicialmente, a construção de uma medida no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção da linha de pobreza equivale a essa medida. A linha de pobreza indica qual é o mínimo de renda, em termos de valor, que cada habitante deve possuir para satisfazer suas necessidades básicas (HENRIQUES, 2000).

Os países nos quais ainda persiste a incidência de pobreza absoluta podem ser classificados em dois grupos: o primeiro é formado por aqueles nos quais a renda nacional é insuficiente para garantir o mínimo considerado indispensável a cada um de seus cidadãos. Desse modo, a renda per capita é baixa e a pobreza absoluta inevitável quaisquer que sejam as condições de sua distribuição. E o segundo são aqueles nos quais o produto é suficientemente elevado para garantir o

mínimo necessário a todos, de modo que a pobreza resulta da má distribuição de renda. O Brasil se classifica no segundo grupo de países onde a pobreza absoluta ainda persiste (ROCHA, 2000).

2.3.1 Distribuição de renda no Brasil: Síntese histórica

Observa Hoffmann (2001) que ao tratar da distribuição de renda, historicamente tem-se David Ricardo como um dos precursores a estudar este tema em torno da economia política. De acordo com este autor, dividir-se-ia a renda total entre os grupos sociais de acordo com sua respectiva participação no processo de produção. Para tanto, ele definiu três classes sociais: uma com os proprietários da terra, outra com os que possuíam capital e por fim uma com os trabalhadores. Onde nesse caso, a renda do trabalhador era baseada apenas no que era necessário para sua subsistência. A renda do proprietário de terra seria definida pela diferença entre os custos e o preço de venda da produção. E o capitalista ficaria com a parte do lucro, resultado relativo entre o preço e o que foi gasto com a renda da terra, salários, entre outros.

Karl Marx trouxe modificações na teoria de Ricardo, usando como método a mais-valia e sistema de exploração de mão-de-obra. Para Marx, o processo de repartição se daria através de dois mecanismos, onde num primeiro momento, devido à negociação de salários, ocorre uma disputa da renda entre o capitalista e o trabalhador. A partir de então, já tendo a mais-valia livre de intervenção dos trabalhadores, tem-se outra situação, onde os capitalistas irão dividir entre eles o lucro líquido, os juros e a renda da terra (FURTADO, 1974).

Em comparações internacionais, os países latino-americanos em geral, e mais particularmente o Brasil, destacam-se pela elevada desigualdade da distribuição da renda. A explicação dessa desigualdade teria de ser procurada na formação e evolução econômico-social dessas antigas colônias de Portugal e Espanha. Um aspecto fundamental foi, sem dúvida, a elevada concentração da posse da terra, especialmente quando a economia desses países tinha como núcleo a produção e exportação de produtos primários. (HOFFMANN, 2001)

No caso do Brasil, Furtado (1974, p.52) destaca a extrema concentração da renda na economia açucareira colonial. Observa o autor, ao analisar as conseqüências da abolição do trabalho escravo que "praticamente em nenhuma

parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda".

Fernandes (2007) também concorda que o perfil de distribuição de renda da sociedade brasileira sempre foi, historicamente, concentrador. Desde os primórdios da colonização, a produção na forma de plantation (mão-de-obra escrava, latifúndios, produtos voltados para a exportação), caracterizou a construção da exclusão social. Tal perfil está diretamente relacionado com as estratégias de desenvolvimento adotadas nos diversos momentos de nossa história, inclusive na aceleração da industrialização, a partir da década de 1930.

Tem sido repetida, com certo risco de banalização de seu sentido, a tese de que os persistentes e amplos padrões de concentração e desigualdades de renda e de qualidade de vida vigentes no Brasil se devem ao seu passado escravista e ao modo "incompleto" como se deu a emancipação dos escravos (UNESCO, 2004).

Como destacam Gremaud, Vasconcelos, Toneto Jr. (2004) o que explicam a má distribuição de renda no Brasil, por um lado, são os condicionantes históricos que não podem ser esquecidos. Na colônia, as terras foram distribuídas em grandes latifúndios, aos quais poucos tiveram acesso, e isto, não foi reformulado depois da Independência ou da Proclamação da República. Durante trezentos anos, houve escravismo no país, e quando os escravos foram finalmente libertados, sua situação sócio-econômica era precária. Por outro lado, o próprio processo de industrialização por substituição de importação tem um cunho concentrador, à medida que foram adotadas tecnologias que utilizavam mais intensamente o fator capital em vez da mão-de-obra, isto num país onde a intensidade relativa da mão-de-obra é superior à do capital.

Contudo, isto não é pacífico, Conceição Tavares e outros estudiosos afirmam que o padrão industrial da segunda revolução era generoso em emprego e que a industrialização cumpriu à sua parte neste quesito o que não se confunde com os problemas agrários estruturais e a carência de uma reforma agrária pro capitalista como em outras experiências.

Ao falar da distribuição de renda no Brasil Gremaud, Vasconcelos e Toneto Jr. (2004) afirmam que nas décadas de 60 e 70 ocorreu uma deterioração, e várias explicações surgiram:

- Atribuiu-se à política econômica do governo: política salarial de arrocho e do desmantelamento da estrutura sindical e de diversos órgãos da chamada sociedade civil que procuravam garantir a proteção dos assalariados e das classes menos favorecidas;

- Em função do próprio crescimento acelerado: causando distúrbios em vários mercados, notadamente no mercado de trabalho, em que houve crescimento relativo da demanda por trabalhadores qualificados em relação aos trabalhadores sem qualificação;

- Forma funcional do mercado: onde a concentração de renda se fazia necessária para elevar o nível de poupança e investimentos no país, a chamada “teoria do bolo”, onde o bolo precisava crescer primeiro, para depois ser repartido.

Em relação à forma como a renda estava distribuída na década de 60 e 70, ela podia ser vista de vários ângulos como a distribuição setorial, regional e pessoal:

- Distribuição setorial da renda: a participação de cada setor da economia no produto agregado. O setor de serviços gera aproximadamente 50% da renda; a indústria, 35 a 40% e a agricultura, 10 a 15%;

- Divisão regional da renda: participação de cada uma das regiões na renda global do país. Existe concentração na região Sudeste e Sul;

- Divisão pessoal da renda: reflete o grau de concentração de rendimentos entre os residentes do país, divididos entre grupos de população, dos mais pobres aos mais ricos.

De acordo com Teixeira (2002) nos anos 60

antes do período de início da industrialização em larga escala do país, no governo J.K. Naquele ano, os 10% mais pobres da população receberam 1,9% da renda total, enquanto os 10% e os 1% mais ricos receberam, respectivamente, 39,6% e 11,9% da toda a riqueza produzida no país.

No final da década de 90, 793 mil pessoas mais ricas do país (1%) receberam R\$ 120,1 bilhões (12.5%) ou seja, R\$ 151,4 mil por ano, cada uma delas, ou R\$ 12,6 mil por mês. As 7,93 milhões de pessoas mais pobres do país (10%) receberam R\$ 9,6 bilhão (1%), ou seja R\$ 1.211,60 por ano, cada uma delas, ou R\$ 101,00 por mês, menos de 1 salário mínimo. Em síntese, a renda total dos 10% mais ricos da população equivale aos rendimentos obtidos por cerca de 80% da

população economicamente ativa (TEIXEIRA, 2002). Portanto, esta questão da desigualdade perdura no país há décadas. Os dados de 1999 são piores do que os da década de 60, o que evidencia que nos últimos 40 anos, a injustiça distributiva só aumentou.

Ao analisar o atual padrão de distribuição e renda no Brasil, Fernandes (2007) reporta-se a nossa estratégia de desenvolvimento a partir da industrialização que determinou esse processo. Uma vez que é a concentração de renda no Brasil não é derivada de apenas um governo em particular, mas resultante da forma como se materializou a industrialização no Brasil, redundando na crise da década de 1980.

As Tabelas 1 e 2 mostram a evolução de várias medidas da desigualdade da distribuição da renda na PEA, no Brasil e nas seis regiões, de 1992 a 2001. O índice de Gini está na Tabela 3. A Tabela 4 mostra o T de Theil, que é uma medida de desigualdade mais sensível ao que ocorre na cauda superior da distribuição.

Tabela 1 Índice de Gini da distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas com rendimento. Brasil e seis regiões, 1992-2001

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	MG+ES+RJ	SP	Sul	Centro-Ceste
1992	0,575	0,552	0,591	0,564	0,526	0,551	0,593
1993	0,605	0,587	0,637	0,588	0,559	0,574	0,614
1995	0,589	0,577	0,591	0,582	0,540	0,563	0,586
1996	0,584	0,566	0,599	0,575	0,534	0,557	0,590
1997	0,584	0,573	0,595	0,573	0,532	0,548	0,599
1998	0,581	0,567	0,589	0,568	0,530	0,551	0,592
1999	0,572	0,551	0,583	0,555	0,522	0,551	0,581
2001	0,571	0,543	0,574	0,554	0,538	0,535	0,580

Fonte: Hoffman (2002)

A melhora mais acentuada no Gini pode ser observada nas regiões norte e nordeste, sabidamente a que concentra o maior número de pessoas pobres entre as região da federação. Houve melhora no quadro geral e São Paulo, o estado mais rico da federação apresentou piora no índice no período em análise. Ainda que tenha ocorrido redução no índice, é necessário notar que o quadro geral continua sendo eminentemente concentrador na sua essência.

Tabela 2 - Índice T de Theil da distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas com rendimento. Brasil e seis regiões, 1992-2001

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	MG+ES+RJ	SP	Sul	Centro-Oeste
1992	0,692	0,604	0,735	0,671	0,544	0,667	0,881
1993	0,808	0,764	0,926	0,783	0,673	0,748	0,849
1995	0,710	0,701	0,783	0,702	0,583	0,649	0,701
1996	0,698	0,648	0,808	0,678	0,564	0,635	0,748
1997	0,703	0,689	0,779	0,699	0,562	0,609	0,786
1998	0,697	0,663	0,783	0,680	0,563	0,626	0,752
1999	0,666	0,613	0,763	0,633	0,534	0,614	0,724
2001	0,680	0,634	0,742	0,641	0,593	0,594	0,719

Fonte: Hoffman (2002)

TABELA 3 - Indicadores de Distribuição de Renda ou Consumo 31 países selecionados – diversos anos

País	Data da pesquisa	Índice de Gini	10% mais pobres	40% mais pobres	10% mais ricos
Africa do Sul	1995	0,593	0,7	6,3	46,9
Brasil	1998	0,591	0,5	7,7	46,7
Chile	2000	0,571	1,2	9,9	47,0
México	2000	0,546	1,0	10,3	43,1
Argentina	2001	0,522	1,0	10,3	38,9
Peru	2000	0,498	0,7	11,2	37,2
Venezuela	1998	0,491	0,6	11,4	36,3
Costa Rica	2000	0,465	1,4	13,1	34,8
Bolívia	1999	0,447	1,3	13,2	32,0
China	2001	0,447	1,8	13,7	33,1
Tailândia	2000	0,432	2,5	15,6	33,8
Cingapura	1998	0,425	1,9	14,4	32,8
Estados Unidos	2000	0,408	1,9	16,1	29,9
Portugal	1997	0,385	2,0	16,8	29,8
Nova Zelândia	1997	0,362	2,2	17,8	27,8
Reino Unido	1999	0,360	2,1	17,5	28,5
Itália	2000	0,360	2,3	18,5	26,8
Austrália	1994	0,352	2,0	17,9	25,4
Canadá	1998	0,331	2,5	19,7	25,0
Suíça	1992	0,331	2,6	19,6	25,2
França	1995	0,327	2,8	19,8	25,1
Holanda	1994	0,326	2,8	20,0	25,1
Espanha	1990	0,325	2,8	20,1	25,2
Índia	1999-2000	0,325	3,9	21,4	27,4
Coréia	1998	0,316	2,9	21,5	22,5
Alemanha	2000	0,283	3,2	22,2	22,1
República Tcheca	1996	0,254	4,3	24,8	22,4
Bélgica	1996	0,250	2,9	22,4	22,6
Suécia	2000	0,250	3,6	23,1	22,2
Japão	1993	0,249	4,8	24,8	21,7
Dinamarca	1997	0,247	2,6	23,0	21,3

Fonte: DIEESE (2005).

Conforme Tabela 3 apesar de se situar entre os países de renda *per capita* média, todos os indicadores apontam para uma enorme desigualdade de sua distribuição. Note-se que o Brasil apresenta um dos mais altos Índices de Gini entre os países selecionados (0,591), bem como uma das maiores concentrações de renda na comparação entre a renda apropriada pelos 40% mais pobres e pelos 10% mais ricos. Em função disso, pode-se dizer que o Brasil não é um país pobre, mas um país de muitos pobres. Assim, a desigualdade pode ser considerada o principal problema do país, e deve ser objeto da atenção especial das políticas públicas (DIEESE, 2005).

Equilibrar crescimento com igualdade distributiva é um desafio que se impõe a todas às sociedades. A existência desse *trade-off* é sustentada por Mankiw e Gragori (1998), quando afirmam que o crescimento supõe poupança e portanto uma certa concentração, que naturalmente sacrifica a igualdade. Porém, economistas consagrados como Simon Kuznets e Nicholas Kaldor demonstram que esse *trade-off* pode ocorrer apenas na fase inicial do processo de desenvolvimento, que mais adiante poderá ser substituído por um quadro de equilíbrio distributivo.

O pensamento que domina os economistas do desenvolvimento de crescimento distributivo consiste justamente em se obter redução na desigualdade com aumento da renda domiciliar *per capita* média.

3 PLANO REAL: ORIGEM E TRAJETÓRIA

3.1 QUADRO ECONÔMICO BRASILEIRO: BERÇO DO PLANO REAL

Ainda com relação as determinantes da desigualdade de renda, não se pode perder de vista o papel da inflação, conforme afirma Barros e Mendonça (1995). Os avanços metodológicos mostram que a inflação agrava o problema; combatê-la é condição indispensável, mas insuficiente, O crescimento é arma poderosa para a redução da pobreza, mas também insuficiente. É preciso formular políticas próprias para enfrentar os dois problemas que freqüentemente aparecem misturados: a pobreza e a desigualdade.

Importante assinalar que existe uma relação de dupla dependência entre estabilidade, crescimento e distribuição. A estabilidade é necessária para o crescimento, porém este também é condição para a estabilidade. Fazer uma melhor distribuição é mais possível quando aumenta a quantidade daquilo que se pretende repartir; e com a estabilidade fica facilitado o cálculo distributivo, cujo resultado final não se consegue apurar com precisão num quadro de inflação alta (BARROS; MENDONÇA, 1995).

O esforço do Brasil no combate a inflação dominou o debate macroeconômico durante meados da década de 80 até meados da década de 90. Planos heterodoxos se sucederam mas, o que ganha maior relevância é justamente o último, o Plano Real. Neste capítulo busca-se resgatar o contexto do Plano Real, entendendo tratar-se do maior evento macroeconômico da década de 90, com possíveis reflexos no quadro distributivo, ainda que isoladamente não seja capaz de aplacar a chaga social brasileira.

Até o final da década de 1970, a inflação no Brasil permaneceu relativamente estável, em patamares inferiores a dois dígitos. O processo de crescimento das taxas de inflação no Brasil iniciado a partir dos anos 1980, apresentando inflação acima de dois dígitos agravou-se ainda mais, chegando à hiperinflação no início dos anos 1990 (PORSSE, 2004).

A década de 80 foi marcada no Brasil pela estagnação do nível de atividade, por grandes desequilíbrios macroeconômicos e principalmente pela hiperinflação. Como leciona Lacerda et al (2002, p. 153) a economia brasileira atravessou durante os anos 80, uma profunda crise caracterizada por estagnação econômica e altas taxas de inflação. Na medida em que se tentava conter a inflação e se criavam mecanismos que objetivavam suportável, acabava-se facilitando a sua aceleração.

Como afirma Pinheiro (1999, p. 19)

O fracasso de uma seqüência de planos heterodoxos de estabilização em curto período de tempo, ou seja, cinco planos econômicos em cinco anos, contribuíram para aumentar a instabilidade na economia, intensificando a aceleração da inflação. Tão ou mais importante que a estagnação da indústria foi o atraso tecnológico e a forte redução da taxa de investimento do país.

Em contrapartida, é importante destacar que com a geração de superávits na balança comercial, o Brasil conseguiu enfrentar, ao longo da década de 80 a crise cambial que se iniciou a partir do segundo choque de petróleo e da moratória mexicana.

As desigualdades na distribuição de renda aumentavam a insatisfação dos grupos que, gradualmente, sofreram perdas de seu poder de compra. Os mecanismos de indexação criados a partir dos anos 1980, como forma de se limitar os efeitos nocivos da inflação, conseguiram amenizar as perdas provocadas pelas altas generalizadas de preços, ao mesmo tempo em que permitiam um fortalecimento da inércia inflacionária, ou seja, a inflação do período anterior se repercutia no presente, provocando desigualdades ainda maiores na distribuição de renda que culminariam em uma hiperinflação insustentável (PORSSE, 2004).

“A relação entre inflação e indexação vai se tornando de mútua dependência, e vai assumindo uma natureza viciosa” (FRANCO, 2004, p. 9). As contas do setor público sofreram uma forte deterioração, como resultado da queda de receitas devido ao baixo crescimento econômico e de uma política expansionista de incentivo e subsídios fiscais, e da estatização da dívida externa.

A década de 80 foi caracterizada também, pelo esgotamento do processo de industrialização por meio de substituição das importações, no qual o estado era força motriz de um diversificado parque industrial nacional, muitas vezes assumindo diretamente a posição de investidor direto. Os déficits públicos crescentes, a dificuldade do Estado em garantir a estabilidade e a provisão de serviços sociais básicos (educação, saúde e

segurança) e o ônus imposto por sua agenda de empreendedor direto originaram, ainda na década de 80 um processo de redefinição do papel do Estado na economia que viria a amadurecer nos anos 90 (PINHEIRO, 1999, p. 36).

Na década de 80 o processo inflacionário brasileiro esteve fortemente condicionado pela crise da economia mundial. A paralisação do fluxo de empréstimos nos bancos privados, a significativa elevação nos preços do petróleo e o forte aumento nas taxas de juros tiveram um efeito devastador na economia, provocando estrangulamento cambial e exacerbando as incertezas cambiais (SIMONETTO; TRICHES, 2007).

Além do impacto direto sobre a formação de preços, através de seus efeitos sobre os custos de produção e as expectativas dos capitalistas, a instabilidade do sistema monetário internacional e a necessidade de promover grandes transferências de recursos do exterior tiveram repercussão bastante negativa sobre a capacidade das autoridades de fazer política monetária e sobre todo o esquema de financiamento da economia brasileira, que historicamente, teve no endividamento externo um dois eixos básicos.

Ao longo dos anos 80, a inflação se deu de maneira assustadora, observa-se que no início dos anos 80 a inflação estava em aproximadamente 85% a.a. ultrapassando em 89 a casa de 1.000% a.a., situação que se tornou insuportável.

O quadro a seguir evidencia o crescimento da inflação:

Quadro 3 - Taxa da inflação anual (1980-1989).

ANOS	% INFLAÇÃO
1980	110,2
1981	95,2
1982	99,7
1983	211,0
1984	223,8
1985	235,1
1986	65,0
1987	415,8
1988	1.037,60
1989	1782,90

Fonte: Lacerda et al (2002, p. 154)

As tentativas de combate a inflação através de planos econômicos não se revelaram efetivas. Foram diversos planos: Plano Cruzado I, Plano Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão e Plano Collor. Nestas experiências, a inflação foi temporariamente abafada à custa de fortes desequilíbrios nos preços relativos e de violentos movimentos especulativos, que acabaram acentuando as incertezas da economia e desestabilizando ainda mais o padrão monetário.

Além disso, os programas de congelamento revelaram-se cada vez menos eficazes para manter durante algum tempo a inflação em nível baixo. Em todos os casos após o descongelamento a inflação voltou com maior vigor (SAMPAIO JR, 1989).

Neste contexto torna-se pertinente a elucidação de Hoffmann (2002):

O que ocorreu foi que a inflação acelerada contribuiu para aumentar ainda mais a desigualdade da distribuição da renda no país, que atingiu um pico em 1989, no último ano do governo Sarney. Conforme dados da PNAD de 1989, nesse ano o índice de Gini do rendimento das pessoas ocupadas com rendimento atingiu 0,63, colocando o Brasil como o mais desigual dos países do mundo com dados confiáveis sobre a distribuição de renda. A inflação elevada contribuiu para aumentar a desigualdade da distribuição da renda. É necessário reconhecer, entretanto, que a inflação elevada também faz com que as pessoas errem mais ao declarar seu rendimento e isso introduz nos dados um “ruído” adicional que aumenta as medidas de desigualdade. Por outro lado, a desigualdade dos rendimentos declarados não capta as perdas que a inflação causa no valor real dos salários dos pobres após seu pagamento, enquanto os relativamente ricos têm muito mais facilidade de colocar seus rendimentos em fundos bancários, protegendo-os da erosão inflacionária.

Em 15 de março de 1990 Fernando Collor anuncia um pacote econômico, tinha o nome oficial de Plano Brasil Novo, quase nunca utilizado. Plano Collor foi o nome que prevaleceu. Este plano se dividiu em duas fases: Plano Collor I e Plano Collor II.

De acordo com Lacerda et al (2002, p. 187)

O Plano Collor I de março de 1990 combinava confisco dos depósitos e a vista e aplicação financeiras com prefixação da correção dos preços e salários, câmbio flutuante, tributação ampliada sobre as aplicações financeiras e a chamada reforma administrativa que implicou o fechamento de inúmeros órgãos públicos e demissão de uma grande quantidade de funcionários. Já o Plano Collor II foi adotado em janeiro de 1991, em situação de desespero devido a reaceleração da inflação. Mais uma vez lançava-se mão de congelamento de preços e salários e da unificação das datas-base de reajustes salários, além de novas medidas de contratação monetária e fiscal.

O Plano Collor integra o grupo de políticas de estabilização que incluíram limitação ou cancelamento da liquidez de haveres monetários (moeda manual e depósitos à vista) ou da conversibilidade de haveres financeiros em moeda, sem referência ao amplo leque de medidas de finanças públicas, política de rendas, política cambial, comércio exterior e administração pública. E foi mais um plano que fracassou. (LACERDA et al, 2002).

Como salienta Pinheiro (1999, p. 38)

No período que antecedeu a junho de 1994 o Brasil teve inflação elevada e crescente déficit fiscal verificado pela necessidade de financiamento do setor público, taxa de câmbio, bastante desvalorizada como reflexo da dívida dos anos 80 e a situação folgada observada pela conta corrente superavitária e reservas internacionais chegando a mais de US\$ 40 bilhões na ocasião do lançamento do plano Real.

Com os planos de estabilização adotados a partir da década de 80 experimentaram-se praticamente todos os mecanismos heterodoxos de estabilização econômica (congelamento de preços, confisco de ativos, mudança de moeda, etc.), sendo que nenhum destes mecanismos fora bem sucedido. O fracasso dos planos heterodoxos de estabilização, implantados no Brasil a partir de meados da década de 1980, pode ser, parcialmente, atribuído ao fato de não conseguirem resolver os principais problemas institucionais e estruturais, importantes causas da situação inflacionária no período. Além disto, a perda de credibilidade que o governo vinha sofrendo em razão de cada plano mal sucedido, fazia com que, fatalmente, qualquer projeto que viesse a ser implementado já nascesse fracassado, impulsionando, cada vez mais, a retomada da inflação (FRANCO, 2004).

Estes planos econômicos, em geral, não dispunham de mecanismos que corrigissem os desajustes fiscais, monetários e de renda e, em um segundo plano, os desajustes no câmbio e nas políticas de comércio exterior. Quando estes mecanismos existiam, antes mesmo que os ajustes pudessem ser alcançados, a inflação retomava novamente a força e colocava-se novamente em patamares elevados, resultando em um ambiente de recessão, deixando uma lacuna e um desafio ainda maior a ser enfrentado (PORSSE, 2004).

Os congelamentos de preços causavam disparidades consideráveis nos preços relativos e, a partir do momento em que chegavam ao final, provocavam elevações ainda maiores nas taxas de inflação. Não obstante, nestes períodos, a taxa de juros sofria elevações consideráveis, para evitar a dolarização e a

hiperinflação. As emissões constantes de moeda, para manutenção dos gastos públicos, fizeram crescer aceleradamente os déficits orçamentários, a dívida pública e a inflação. A combinação de inflação com rolagem da dívida pública, teve como principal consequência taxas reais cada vez maiores (MOLLO; SAAD FILHO, 2001).

Políticas efetivas de combate ao déficit público foram implantadas apenas em 1993, no governo Itamar Franco, com o Programa de Ação Imediata (PAI), de autoria do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso e de vários economistas. O Programa de Ação Imediata visava a promoção do equilíbrio fiscal com redução do déficit público, sem esquecer de resolver o problema de falta de recursos para desempenhar as funções básicas do governo, bem como para obter o investimento indispensável ao desenvolvimento do país (LACERDA et al, 2002).

Portanto, no final de 1994 começou a ser implantado o mais engenhoso plano de combate a inflação, já utilizado no país: o Plano Real.

Dos planos econômicos apresentados anteriormente, pode-se retirar algumas constatações que serviram de marco inicial para a implementação do Plano Real no entendimento de Fernandes (2007):

a) combater a inflação significa alterar a estratégia de crescimento econômico autárquico e protecionista que estava exaurida em seus instrumentos e formas de financiamento;

b) a economia, submetida a década de inflação, estava incapaz de perceber o efeito nefasto do déficit público sobre o crescimento econômico;

c) a passagem para uma economia sem inflação deveria ser precedida de um período em que os preços pudessem flutuar relativamente, a fim de recuperar a capacidade de expressar a realidade da relação de troca;

d) dentro dessa visão, qualquer congelamento de preços deveria ser evitado;

e) a manutenção da economia fechada e sujeita a protecionismo preserva o poder de mercado dos monopólios e impede o desenvolvimento tecnológico.

Era, portanto, necessário redefinir o modelo de desenvolvimento nacional para que se conseguisse obter simultaneamente o controle da inflação e a retomada de um novo ciclo de crescimento econômico. E com este implantou-se o Plano Real.

Concebido para interromper um longo período de inflação, o Plano Real acabou se transformando num dos mais importantes acontecimentos econômicos da década de 90, introduzindo mudanças significativas no quadro micro e macroeconômico. Este plano é foco central da seção que segue.

3.2 O PLANO REAL

A implantação do plano real deve ser analisada no contexto da evolução histórica do capitalismo que tende a ser cada vez mais mundial e mais financeiro. Essa tendência conflui para um mesmo processo, denominado de globalização financeira.

O regime de globalização financeira na década de 90 era movido basicamente por três fatores interligados:

o acúmulo de um volume crescente de riqueza monetária e financeira, na forma de ativos com diferentes graus de liquidez e denominados em diferentes moedas; a mobilidade crescente desses ativos, propiciada pelo desenvolvimento extraordinário da informática e das telecomunicações, de tal forma que seu movimento foge aos controles dos bancos centrais; e, finalmente, pelo regime de taxas de câmbio flutuantes, que engendram oportunidades extraordinárias de ganhos especulativos. Neste contexto, o próprio ciclo econômico real assume forma errática e passa a ser comandado pelo ciclo de valorização e desvalorização dos ativos financeiros (CORAZZA, 2006).

De acordo com Eichengreen (2000, p. 247) a flexibilidade das taxas de câmbio é uma das principais características do regime de globalização financeira, dadas conseqüências que as mesmas provocam nas demais variáveis econômicas e associa sua intensa oscilação ao incontrolável movimento de capitais.

Foi neste contexto de globalização financeira que o Brasil se inseriu na década de 1990, inicialmente, com o Plano Collor e principalmente com o Plano Real de 1994.

Analisando-se o contexto histórico do Plano Real constata-se que no final do ano de 1993, o Ministro Fernando Henrique Cardoso propôs um novo plano de estabilização, o Plano Real, formulado com bases novas e consistentes, que serviriam para evitar que os erros dos planos de estabilização anteriores se repetissem. Diferentemente da forma de ação dos planos heterodoxos de ação

imediatamente e implantados sem aviso prévio, este novo plano foi amplamente divulgado e teve sua implantação efetivada gradualmente (GREMAUD, VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2004). A seguir apresentam-se as fases deste programa.

3.2.1 O Programa

De acordo com Beluzzo e Almeida (2002, p. 363).

Em sua concepção essencial, o Plano Real seguiu o método básico utilizado para dar fim à grande maioria das grandes inflações do século XX: recuperação de confiança na moeda nacional, por meio de garantia de seu valor externo. A âncora foi, como é amplamente reconhecido, a estabilização de taxa de câmbio nominal, garantida por financiamento em moeda estrangeira e/ ou por um montante de reservas capaz de desestimular a especulação contra a paridade escolhida.

O programa de estabilização obedeceu a três fases: 1) equilíbrio provisório das contas públicas, com o lançamento do Fundo Social de Emergência (FSE), depois transformado em Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), e do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF), precursor da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); 2) instituição de um indexador-referência para preços, contas e contratos – a Unidade Real de Valor (URV); 3) instituição de um padrão monetário com poder aquisitivo estável (o real).

O Desempenho do Plano Real esteve associado à idéia de que o equilíbrio das contas públicas constitui condição necessária para a estabilidade, o que tornou a Fase I a do ajuste fiscal emergencial (OLIVEIRA, 1996).

Germaud (2002) afirma que a primeira fase ajuste fiscal tinha como objetivo equacionar o desequilíbrio orçamentário para os próximos anos e impedir que daí decorressem pressões inflacionárias. Esse ajuste baseava-se em três elementos principais: corte de despesas; aumento dos impostos e diminuição nas transferências do governo federal. O primeiro ponto referia-se a implementação do Plano de Ação Imediata (PAI), lançado em meados de 1993, que determinava um corte de gastos da ordem de US\$ 7 bilhões concentrado nas despesas de investimento e pessoal. O aumento de arrecadação se daria, principalmente, pela criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). Esse tipo de imposto tem uma série de vantagens para a União: a facilidade de recolhimento, a

ampla base tributária (inclusive as atividades informais) e o fato de não ser compartilhado com as outras esferas de governo. O problema é que constitui-se em um imposto em cascata (incide sobre todas as etapas do processo produtivo), desestimula a intermediação financeira e amplia as taxas de juros.

Acrescenta o autor que o terceiro elemento do ajuste fiscal foi a aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE). O FSE seria alimentado por 15% da arrecadação de todos os impostos, sendo que, sob esses recursos, a União não teria que cumprir as vinculações de despesas determinadas na Constituição de 1988.

Portanto, a primeira fase do Plano Real buscou equilibrar o orçamento, impedindo os gastos que excedessem as receitas e criando medidas para elevar a arrecadação, como combate à sonegação, aumento de impostos e a criação de um Fundo Social de Emergência (FSE) que visava um ajuste fiscal temporário, servindo apenas de sustentação enquanto o governo fizesse os ajustes fiscais definitivos. Porém, a falta de vontade política impediu que o Congresso aprovasse as reformas necessárias a esses ajustes, forçando a prorrogação da utilização desses mecanismos, com pequenas modificações e com nova denominação, Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), a vigorar a partir do início de 1996 até 2001 (PORSSE, 2004).

Embora a reforma fiscal não tenha sido concluída nos moldes desejados, algumas das medidas tiveram efeitos negativos para determinados grupos, gerando alguns atritos, principalmente no campo político. No entanto, mesmo tendo problemas em alguns setores, as medidas foram de grande benefício para a sociedade como um todo, no sentido em que conseguiram reduzir a inflação a patamares relativamente muito inferiores.

Na segunda fase, a criação da URV garantiu um mecanismo original de transição da superinflação para um regime de estabilidade e iniciou o processo de reconstrução do sistema monetário, introduzindo a URV como unidade de conta (OLIVEIRA, 1996).

Na visão de Germaud (2002, p. 470)

A segunda fase começou no final de fevereiro de 1994. Essa correspondia a um novo sistema de indexação, que visava simular os efeitos de uma hiperinflação — encurtamento de prazos de reajustes (indexação diária),

substituição parcial da moeda —, sem passar por seus efeitos, e corrigir os desequilíbrios de preços relativos. Para tal, o governo criou um novo indexador, a Unidade Real de Valor (URV), cujo valor em cruzeiros reais seria corrigido diariamente pela taxa de inflação medida pelos principais índices (IGP-M, IPC-FIPE e IPCA-Especial), que passaria a funcionar como unidade de conta no sistema. O valor da URV, nessa fase, manteria uma paridade fixa de um para um com o dólar, ou seja, seu valor seria a própria taxa de câmbio.

Nesta fase, segundo Montoro Filho (1998, p. 497) as mudanças ocorreram basicamente em duas frentes:

[...] de um lado, através da opção pela política de bandas cambiais (que era uma forma de sinalizar que o País não manteria fixa a paridade cambial, como, por exemplo, a Argentina fazia) e desvalorização cambial, embora não-oficial, acompanhando a evolução dos preços por atacado e, de outro, pela utilização de instrumentos que permitissem reduzir o nível de atividade da economia, para diminuir as pressões sobre as importações. Para isso, o Governo adotou uma série de medidas na área monetária (aumento brutal dos depósitos compulsórios, limitação de prazos de financiamento, aumento de juros etc.) cujo resultado final foi uma forte contração de crédito e aumento substancial do custo do dinheiro (em abril de 1995, a taxa de juros para desconto de duplicata chegava a 6% ou 7% ao mês, para uma inflação mensal de cerca de 1%).

Uma série de preços e rendimentos foi convertida instantaneamente em URV — preços oficiais, contratos, salários, impostos etc. —, e os demais preços foram sendo convertidos voluntariamente pelos agentes. Assim, instituiu-se um Sistema bimonetário em que a URV funcionava como unidade de conta, expressando o preço das mercadorias, mas as transações eram liquidadas em cruzeiro real, que mantinha a função de meio de troca (GERMAUD, 2002).

A URV funcionou como um indexador da economia brasileira. O objetivo foi de promover uma acomodação geral dos preços relativos. Com todos os preços em URV, esperava-se quebrar a inflação inercial, que era expectativa de aumento de preços, sendo uma das mais importantes causas do processo inflacionário. (GALVANI, 1995, p.12).

Ou seja, no momento da transação convertia-se o preço da mercadoria expresso em URV em CR\$ pela cotação do dia da URV. Com isso, a inflação persistia na moeda em circulação (CR\$), mas não na unidade de conta cujo valor era corrigido pela própria inflação da moeda ruim (GERMAUD, 2002).

A URV promoveu o ajuste dos preços relativos da economia, ao contrário do que ocorria nos planos econômicos anteriores, permitindo que se preservasse o equilíbrio econômico e financeiro do público, das empresas e também do governo, ao mesmo tempo em que a memória inflacionária fosse enfraquecendo.

O governo interferiu apenas nos salários, uma vez que deixá-los livre poderia ter implicado em perdas muito grandes para a maioria dos trabalhadores. A conversão dos preços dos bens e serviços ficou a cargo do setor privado, não havendo controle de preços, como foi usado no Plano Cruzado. Porém, houve um acompanhamento de preços de produtos da cesta básica e dos preços dos serviços públicos.

Assim, conforme Beluzzo e Almeida (2002, p. 364).

Em março de 1994, a equipe econômica promoveu a conversão dos salários pela media e a criação de uma nova unidade de conta, a URV (a união real do valor, ajustada diariamente de acordo com uma média de três índices de preços), para onde convergiram salários (de forma compulsória, os salários foram convertidos pela medida dos últimos quatro meses), preços, contratos e também a taxa de cambio.

Houve uma readequação de preços relativos na economia, sendo usada as reservas cambiais e a facilitação para as importações de bens importados, inibindo aumentos de preços por parte dos produtores nacionais, que até então mantinham um grande poder de fixação de preços.

Embora pareça tendencioso deixar os preços livres e os salários fixados, na verdade o que ocorreu foi uma readequação dos preços relativos das mercadorias e serviços, sendo que o significativo saldo das reservas, aliado à desregulamentação dos procedimentos de importação, propiciou um forte incremento na oferta (bens importados), que não permitiu aumentos significativos de preços, inclusive de empresas oligopolísticas – caso do cimento, por exemplo. (GALVANI, 1995, p. 13).

Quanto ao câmbio, a URV manteve paridade com o dólar, mas não fixa, uma vez que o valor da URV era corrigido em Cruzeiros Reais, em função da variação de três índices de preços: o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC-A) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da FGV (Fundação Getúlio Vargas) (UNIMONT, 2006).

BAER (2002, p. 221-22) explica que a URV “consistia em um indexador (...) atrelado ao dólar americano numa base de um por um. Segundo a inflação predominante, a cotação da URV em Cruzeiros Reais aumentava todos os dias, acompanhando a taxa de câmbio”. Dada esta característica, para Mollo e Saad FILHO (2001, p. 35-6) “a URV atrelada ao dólar dava um referencial ao conjunto de

preços melhor do que o anterior tão instável e, com isso, permitia maior resistência ao crescimento dos preços por parte dos consumidores”.

Embora a URV tenha sido a fase mais engenhosa do programa, seria o lançamento do Real, resultando taxas baixas de inflação, que haveria de conferir maior popularidade ao programa. Isto porque, com a redução abrupta do ritmo de crescimento dos preços observada nesta fase, reduzia-se significativamente o imposto inflacionário, cuja incidência recaía preponderantemente sobre as camadas pobres da população. Com a criação da nova moeda, o Real, completou-se a reconstrução formal do sistema monetário iniciada pela URV (OLIVEIRA, 1996).

Após alguns meses de economia indexada pela URV, os bons resultados obtidos permitiram que, a 01 de julho de 1994, o Governo decretasse a Medida Provisória que daria início a uma ampla reforma monetária, transformando a URV em moeda, que passou a se chamar Real (R\$) e que substituiria o Cruzeiro Real (CR\$) em todas as suas funções como moeda. A taxa de conversão do Real por Cruzeiros Reais obedeceu à mesma cotação do dólar norte-americano na data da transição, ou seja, CR\$ 2.750,00 seriam trocados pelo equivalente a R\$ 1,00 (um Real), com as duas moedas podendo ainda ser utilizadas conjuntamente para todos os pagamentos e transações por alguns meses após a implantação do Real, para que houvesse tempo suficiente à substituição da moeda antiga pela nova e, ao término deste prazo, o Cruzeiro Real perderia todas as suas funções para que o Real pudesse assumir integral e exclusivamente as funções a que fora criado. (BAER, 2002).

Cerca de 3,5 bilhões de cédulas e 3,8 bilhões de moedas na antiga moeda foram recolhidas e trocadas num território tão vasto quanto o do país, sem registro de maior dificuldade ou tumulto. A reação positiva da População à nova moeda superou em muito as expectativas mais otimistas (OLIVEIRA, 1996).

Na época de conversão, no ímpeto de se precaver contra um possível choque monetário, como um novo congelamento, ou na tentativa de tirar vantagem de uma situação de confusão inicial do público em relação aos preços relativos, houve uma onda de aumentos de preços em determinados setores, mas que foi rapidamente contida pela própria pressão das pessoas que passaram a consumir apenas os produtos que não estivessem com preços tão elevados (BAER, 2002).

A partir de julho de 1995, a balança comercial se equilibrou.

Houve importações maciças de bens duráveis, principalmente automóveis, com impacto negativo sobre o saldo da balança comercial. Medidas foram tomadas pelo Governo para reverter essa situação, já tendo propiciado melhora considerável, a partir de julho último, no comportamento da balança comercial. A balança comercial já apresentou equilíbrio em julho último (na realidade, pequeno superávit de cerca de US\$ 3 milhões) e superávits em agosto de US\$ 328 milhões; em setembro de US\$ 481 milhões e em outubro de US\$ 334 milhões. Em novembro, houve um pequeno superávit de US\$ 15 milhões, sendo que, em dezembro, a balança registrou um pequeno déficit de US\$ 51 milhões. Em janeiro, houve um superávit de US\$ 35 milhões, o que contrasta com o déficit de US\$ 304 milhões do mesmo mês de 1995. O resultado da balança comercial dos dois últimos meses de 1995 foi influenciado, de um lado, pela elevação das importações do período pré-natalino e natalino e, de outro, pelo recuo tradicional verificado no final e no começo do ano nas exportações de determinados produtos, principalmente agrícolas (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2007).

Além da melhora na posição da balança comercial a situação externa brasileira foi favorecida por uma significativa entrada de capitais financeiros, atraídos por um diferencial extremamente alto entre as taxas de juros interna e externa. Num primeiro momento, grande parte desse capital era constituído por recursos de curto prazo. Entretanto, dadas as condições internacionais de liquidez e a necessidade de elevar o nível de reservas, para superar essa fase de transição, não havia como exigir a permanência desse capital por um período mais longo. Assim, mesmo com parcela importante sendo constituída por capitais de risco, as reservas internacionais do País passaram a se elevar continuamente e, no final de 1995, já atingiam 51,8 bilhões de dólares (MONTORO FILHO, 1998).

Superadas essas dificuldades, o Plano Real entrou em nova fase (a partir do final de 1995), com o Ministério da Fazenda passando gradualmente a flexibilizar a política monetária, com a ampliação dos prazos de financiamento, redução suave dos depósitos compulsórios e redução, também suave, das taxas de juros. Assim, esta fase concluiu a reforma monetária, o Real assumiu o papel integral de moeda da economia (OLIVEIRA, 1996).

É importante destacar que, na medida em que a recuperação da atividade concentrou-se fortemente na expansão da produção de bens de consumo durável (basicamente devido à ampliação do crédito), as pressões sobre a balança comercial foram inevitáveis, uma vez que esses segmentos são fortemente

importadores de componentes, notadamente na área eletro-eletrônica através da Zona Franca de Manaus (GREMAUD, VASCONCELLOS; TONETO JR. 2004).

Nesta fase, a estabilização foi se concretizando e o capital financeiro que fluiu ao país já foi ampliando seu prazo de permanência. Em meados de 1996, as firmas brasileiras já conseguiam captar recursos no exterior com prazo de oito a dez anos, eliminando assim o risco de uma fuga rápida de capitais e conseqüente esvaziamento do nível de reservas internacionais (MONTORO FILHO, 1998).

Tais fases só poderiam gerar frutos mais duradouros, no entanto, se acompanhadas por mudanças profundas na estrutura econômica do país de forma a debelar pela raiz o mal inflacionário.

Daí a importância crescente da Fase IV de reformas estruturais, iniciadas previamente ao programa, mas aprofundadas no governo Fernando Henrique (OLIVEIRA, 1996). Lembrando, que as privatizações ajudaram a enfrentar os choques especulativos assegurando entrada de dólares, depois, as privatizadas começaram a “exportar dividendos”.

Pode-se assim, verificar que o cronograma de implementação das fases guardava, certa flexibilidade, sendo a própria eficácia e velocidade dos resultados dependentes do grau de integração e sinergia entre as medidas contempladas em cada uma delas.

Analistas apontam para o desaparecimento da inflação como fator explicativo da melhoria relativamente maior do rendimento nos contingentes mais pobres. Para os mais pobres o acesso aos mecanismos de preservação contra a inflação eram menos eficientes. A classe média, por exemplo, dispunha de conversão diária de seus saldos bancários em fundos de aplicação financeira.

Receber um salário com maior poder de compra eleva de forma direta a renda disponível do trabalhador. Esta situação é sustentada por Oliveira (1996) quando afirma que o fim do “imposto inflacionário” elevaria a demanda, o nível de emprego e a massa salarial, fatores que combinados levaram a aceleração do crescimento nos três trimestres subseqüentes à implantação do Plano Real. O quadro de estabilidade propiciou redistribuição de renda progressiva no curto prazo por conta da queda da inflação, especialmente acentuado pela queda no preço dos alimentos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o desenvolvimento do trabalho até aqui percebe-se que o tema distribuição de renda centrou as análises dos primeiros economistas, àqueles que marcaram a chamada escola neoclássica, Smith, Ricardo e Marx, para ficar apenas nos citados neste trabalho. O enfoque era dado na distribuição funcional da renda, na medida em que aumentaria a proporção de trabalhadores produtivos em relação aos improdutos.

A disposição de relacionar o desempenho macroeconômico e distribuição de renda centrou as atenções de muitos estudiosos da teoria econômica, com ênfase especial para o crescimento econômico como elemento de equalização distributiva. O argumento da teoria neoclássica é de que o aumento da acumulação de capital por trabalhador seria o elemento fundamental para a ocorrência desse equilíbrio.

Porém, esta condição não era ratificada especialmente nos estudos feitos nos países subdesenvolvidos como apontam os estudos realizados por Kuznets através da teoria do “U” invertido, onde ocorre concentração de renda aumenta num primeiro momento, em que pese as elevações no produto, para posterior reversão dessa tendência. De certa forma no Brasil temos a ocorrência desse fenômeno nas décadas de 60 e 70, onde se procura sensibilizar os agentes a aceitar certos sacrifícios sob promessa de medidas indispensáveis para assegurar um quadro futuro com melhor distribuição de renda.

A idéia que permeia grande parte do pensamento econômico aponta para o “*trade-off*” crescimento-igualdade, quer dizer, um perfil mais concentrador seria benéfico por ser gerador de poupança, investimento e crescimento econômico posterior. Muitos estudos apontam para o sentido inverso e alertam para o risco de instabilidade institucional, provocada pelo ambiente sócio econômico desfavorável ao crescimento e com distribuição desigual.

A discussão introduzida recentemente amplia o campo de análise, escapando da mera divisão *per capita* da renda e se concentra no conceito de desenvolvimento

econômico, entendido aqui conforme apontado por Furtado, como a transformação global da sociedade, com a incorporação de padrões institucionais, culturais e econômicos que nos aproximem da concepção de modernidade. Neste aspecto, o que se observa no Brasil é um quadro de crescimento econômico pequeno e uma melhora nos índices de desenvolvimento.

Mesmo sob risco de análise superficial e grosseira é possível afirmar que a melhora nos indicadores de desenvolvimento ocorre de forma vegetativa, muitas vezes provocada pelo processo de urbanização, a elevação do salário mínimo e o mero acesso a escola. Qualquer melhora dos indicadores deve ser considerada, mas não se pode perder de vista a necessidade de atacar aspectos estruturais no quadro distributivo, como forma de assegurar a condição sustentada por Amartya Sen, ou seja, as pessoas terem condições e acesso aos meios e aos recursos que lhe propiciem o exercício dos seus direitos e da sua liberdade.

Nos aspectos relacionados ao Plano Real cabe ressaltar que não há uma relação direta entre pobreza, desigualdade e inflação, embora não se possa desprezar o peso do “imposto inflacionário” para os mais pobres. A estabilização econômica afetou positivamente a renda dos mais pobres, materializada na forma nos ganhos reais da mão-de-obra menos qualificada. Assim, não se pode ignorar a contribuição da estabilidade para a melhora no quadro distributivo, mas cumpre notar que a melhora é apenas marginal. A pobreza diminuiu, mas o índice de Gini ainda nos coloca numa situação amplamente desfavorável no quadro distributivo mundial.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, F. **Globalização**. São Paulo: Nobel, 1997.

BELUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real**. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2002.

BAER, W. **A economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BARROS R. P. MENDONÇA. R. S. P. **Os determinantes da Desigualdade no Brasil**. Texto para discussão. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_377.pdf. Acesso em: 20 out. 2006.

BECKER, Fermiano. **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. 02 mar. 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2007.

CAPORALI, C. R. **Da Riqueza das Nações à Ciência das Riquezas**. São Paulo: Loyola, 1995.

CORAZZA, G.. **A Inserção do Brasil na Globalização Financeira: uma análise introdutória da década de 1990**. Disponível em: netx.u-paris10.fr/actuelmarx/m4corra.htm . Acesso em 17 dez. 2006.

DIEESE. **Nota técnica**. Salário mínimo e distribuição de renda. n.º6. out/2005. Disponível em: www.dieese.org.br/notatecnica/notatecSMDR.pdf. Acesso em: 01 maio, 2006.

EICHENGREEN, B... **A Globalização do Capital**. Uma história do Sistema Monetário Internacional. São Paulo, 2000.

FERNANDES, A. E. S. **Distribuição de renda e crescimento econômico: uma análise do caso brasileiro**. Disponível em: www.senado.gov.br/conleg/artigos/economicas/DistribuicaodeRenda.pdf. Acesso em: 19 abr. 2007.

FRANCO, G H. B. **Auge e declínio do Inflacionismo no Brasil**. Texto para Discussão n.º487. Departamento de Economia PUC-Rio, 2004.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GALVANI, C. (org.). **Brasil e América Latina no Processo de Estabilização Econômica**. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1995

GERMAUD, A. P. VASCONCELOS M. A. S. TONETO JR, R. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R. **Economia brasileira contemporânea**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

HAGENAARS, A.; DE VOS, K. **The definition and measurement of poverty**. The Journal of Human Resources, v. 23, n. 2, p. 211-221, Spring 1988.

HENRIQUES, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 740p.

HOFFMANN R. **A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 213-235, jul./dez. 2002.

_____. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. 2001. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 12 fev. 2007.

HOFFMANN, R. **Distribuição da renda no Brasil em 1999**. Disponível em:
www.mte.gov.br/sal_min/t21.pdf. Acesso em 19 nov. 2006.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

LACERDA, A. C.; BOCCHI, J. 1.; REGO, J. M.; BORGES, M. A.; MARQUES, M. M. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2002.

LANGONI, C. G. **A economia da transformação**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

LUZON, J L **Es Posible Predecir el Desarrollo Humano**. In: ARARIPE, Assis, BORGES, Cesar e LUZÓN, José L. Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional, Fortaleza, Editora UECE e Xarxa MedAmerica, 2004.

MANKIW, N. GRAGORY. **Introdução à economia**: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro, Campus, 1998.

MENDES, C. C. I. **Desenvolvimento econômico brasileiro**: uma releitura das contribuições de Celso Furtado. *IPEA, Brasília - DF*. Disponível em: <http://www.unb.br/face/eco/cpe/TD/320agosto2004CCMeJRT.pdf>. Acesso em: em 10 ago. 2007.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Evolução e perspectivas da economia brasileira**. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2006/p070806.pdf>. Acesso em: 10 set. 2006.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Plano Real. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/real20e.asp>. Acesso em 19 jun. 2007.

MICHEL, R. **Distribuição de Renda e Pobreza no Brasil**: uma proposta de agenda. Disponível em: <http://www.geocities.com/tercercoloquio2003/coloquio/renaultmichel.PDF>. Acesso em 10 jun. 2007.

MONTORO FILHO, A. F. et al. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MOLLO, M. L. R., SAAD FILHO, A. Reconhecimento social da moeda: observações sobre a inflação e a estabilização de preços no Brasil. **Revista de Economia Política**. v. 21, nº 2 (82), abrii-junho/2001. p. 24-42.

OLIVEIRA, G. **Brasil real**. São Paulo, Mandarim, 1996.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2001.

PNUD. **Informe sobre desarrollo humano**, Madrid, Mundi-Press Libros, 2005.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; Gostkorszewicks, J. O Desempenho Macroeconômico do Brasil nos Anos 90. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **A Economia Brasileira nos Anos 90**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 1999.

PORSSE, A. A. **Postergação de reformas econômicas**: uma análise exploratória do processo de estabilização inflacionária brasileiro. **Anais do VII encontro de economia da região sul** — ANPEC SUL. Maringá: UEM, UFPR, UFSC, UFRGS, PUCRS, 2004, p. 138-149.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. (Org.). **Manual de Economia**. Equipe de Professores da USP. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

ROCHA, S. **Pobreza e desigualdade no Brasil**: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real. Texto para discussão nº 721. Rio de Janeiro, abr. 2000. Disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0721.pdf. Acesso em: 10 jun. 2006.

SAMPAIO JR, P. A. **Hiperinflação**: o remédio e o medo. economia. a um passo temeroso da hiperinflação. nº 08 – out./nov./dez. 1989. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=548>. Acesso em: 28 ago. 2006.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova cultura, 1986.

SIMONETTO M. I. TRICHES D. **A análise da condução da política monetária após a implementação do Plano Real: 1994 a 2004**. Disponível em: <http://www.perspectivaeconomica.unisinos.br/pdfs/55.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2007.

SOARES, S. S. D. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Texto para discussão nº 1166. Brasília, fev. 2006.

SEN A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social**. São Paulo: Atlas, 2002. UNIMONT. **Economia: Plano Real**. Disponível em: www.unimonte.br/apostilas/economia/real.pdf. Acesso em: 18 out. 2006.

TEIXEIRA, R. A. G. **Breves retratos do Brasil**: a distribuição de renda. CLAI – Conselho Latino Americano de Igrejas. Londrina, 2002. Disponível em: www.ieabweb.org.br/confelider/Documentos/globalizacao4.doc. Acesso em 12 jun. 2007.

UNESCO. **A UNESCO no Brasil**: consolidando compromissos. – Brasília: 2004. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0013/001374/137491por.pdf. Acesso em: 19 set. 2006.